

A AÇÃO DOS REFORMADORES EMPRESARIAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Lucilia Dias Furtado, Universidade de Brasília - UnB luciliadfurtado@gmail.com

Lourdes Christina dos Santos de Macêdo, Universidade de Brasília - UnB

lourdes.cs.macedo@gmail.com

INTRODUÇÃO

No Brasil, a incorporação do projeto neoliberal avançou na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), com o Estado brasileiro inserido de forma subordinada na nova ordem mundial da globalização, caracterizada pela privatização, flexibilização e descentralização das ações dos governos (Ferreira, 2014). Com o avanço das teorias neoliberais, abriram-se espaços para propostas educacionais que pretendiam produzir qualidade e resultados esperados na formação escolar. Nas políticas de Currículo, a Organização do Trabalho Pedagógico – OTP, passou a conviver com ações, atos, práticas e discursos de uma gestão eficaz, baseada em novas tecnologias educativas, responsabilização, meritocracia, privatização, parcerias e competências, sob a condução e atuação de reformadores empresariais em diversas áreas educacionais.

Diante desse contexto, o trabalho pedagógico é compreendido como uma categoria que tem por base o trabalho e suas características ontológicas e históricas, envolvendo profissionais da educação e estudantes, orientado para um processo de produção de conhecimentos. Portanto, o trabalho é pedagógico, intencional e político, pois tem objetivos definidos em sua sociabilidade (Fuentes; Ferreira, 2017).

Ao tempo em que a comunidade acadêmica reflete acerca de proposições para o Plano Nacional de Educação (2024-2034), esse estudo, parte de estudos acadêmicos do mestrado em educação, tem por **objetivo geral** identificar e analisar as contradições no processo de organização do trabalho pedagógico brasileiro, resultado das propostas dos reformadores empresariais, assentados nos princípios neoliberais, entrelaçados por propostas dos governos federal e estaduais.

Amparado na perspectiva dialética, parte-se da **indagação**: quais são as contradições, no processo de organização do trabalho pedagógico, decorrentes dos

reformadores empresariais? Para tanto, utilizou-se a metodologia da revisão sistemática da literatura (RSL), entre os anos de 2017 a 2022.

DESENVOLVIMENTO

A RSL é uma modalidade de pesquisa que possibilita avaliar e interpretar a produção científica, com o intuito de aprofundar os conhecimentos já existentes, como também de acompanhar as reflexões em desenvolvimento sobre a temática. Além disso, é uma fonte de produção de conhecimento, permitindo localizar novos estudos a serem pesquisados (Galvão; Ricarte, 2019).

Em termos metodológicos, delimitou-se como descritores duas combinações de busca: 1)"reformadores empresariais" OU "empresariamento" E "educação" Não "ensino superior" e 2)"trabalho pedagógico" E "educação básica" E "reformadores empresariais" OU "empresariamento". As bases de dados utilizadas foram a SciELO e o Portal de Periódicos CAPES, pela abrangência que possuem. E os critérios de elegibilidade aplicados são: a) artigos científicos publicados, b) entre os anos de 2017 a 2022, c) em língua portuguesa, d) apresentando as contradições, e) na educação básica brasileira, f) trabalhos repetidos foram considerados apenas uma versão. Com isso, obteve-se um montante inicial de 332 trabalhos, elegendo-se 12 artigos finais para análise.

Com a leitura integral dos 12 artigos científicos, categorizou-se as contradições encontradas em 8 aspectos: gestão escolar, prática docente, perfil do estudante, práticas pedagógicas, currículo, parcerias, processo educativo e papel da escola. Entendendo o trabalho pedagógico como uma categoria que perpassa as dimensões histórico-ontológica, pedagógica, social e ético-política (Fuentes; Ferreira, 2017), percebe-se que a atuação dos reformadores empresariais transcorre em todas essas dimensões. Segundo Villas Boas (2017, p. 13), “o trabalho pedagógico é o meio mais forte de veiculação da socialização para o trabalho”, sendo a OTP influenciada pelo modo de produção capitalista, principalmente no que se refere à fragmentação/desqualificação do trabalho, o controle hierárquico e a divisão entre trabalho intelectual e manual.

Esses aspectos e contradições são evidenciados pelos autores da RSL quando: 1) retira-se da gestão democrática a auto-organização e a participação dos educandos no processo educativo; 2) implementa-se novas técnicas de gestão educacional, pautadas na *accountability* (responsabilização) e individualização dos desempenhos (cobrança de

metas, auditoria, avaliações em larga escala, monitoramento, controle e a avaliação das organizações e dos comportamentos); 3) precariza-se a formação do professor que fica dependente de materiais didáticos estruturados; 4) modela-se os currículos escolares de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; 5) tem-se o deslocamento do ensino para a aprendizagem; 6) busca-se a produção de sujeitos flexíveis e 7) pauta-se a aprendizagem nas pedagogias das competências e empreendedora.

Além disso, a política de aprender a aprender analisada por Duarte (2011) sinaliza que os resultados, a produtividade, a inovação e o desenvolvimento da habilidade de aprender, visa a formação de crianças e jovens empreendedores para a economia do século XXI, responsabilizando-os por seus sucessos ou fracassos na trajetória educacional. Esse processo formativo, por sua vez, busca desenvolver uma individualização da aprendizagem (meta-aprendizagem: autoconhecimento e a descoberta das próprias estratégias cognitivas) que sucede na perda da dimensão solidária e da perspectiva cidadã, assim como da negação da dimensão coletiva da educação.

Ainda, as decisões a serem tomadas por educadores são confiadas a empresas e empresários, que adentram nas questões educacionais por meio de diversos projetos e programas (parcerias público-privadas), com a intenção de restringir a autonomia dos professores e da gestão escolar, da construção da práxis pedagógica, alienando-os e expropriando-os do trabalho pedagógico.

Estas contradições direcionam a educação para a formação voltada ao mercado de trabalho, distanciando-se do trabalho pedagógico compreendido como produção plural e coletiva do conhecimento, em que prática e teoria possuem uma unidade. Esta, por sua vez, resulta na transformação e emancipação dos sujeitos, ou seja, na práxis pedagógica (Fuentes; Ferreira, 2017).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A onda neoliberal dos anos 1990 permitiu a atuação dos reformadores empresariais na educação, por meio de parcerias público-privadas, sendo o processo educativo visto como um nicho de mercado a ser explorado para a ampliação dos interesses do capital. Com isso, a OTP passou a ser ainda mais afetada pelo modo de produção capitalista, tendo diversas modificações no que tange a gestão escolar, a prática docente, o perfil do estudante, as práticas pedagógicas, o currículo escolar, levando à

desqualificação do trabalho pedagógico, o controle hierárquico, a divisão entre trabalho intelectual e manual, assim como modificações nas funções da escola pública.

Os artigos científicos das duas bases de dados demonstram que as contradições encontradas reforçam a crescente atuação dos reformadores empresariais e dos governos, na política de currículo, deixando esta de ser um meio de socialização para o trabalho, para favorecer a educação sob a lógica dos princípios neoliberais. Portanto, torna-se necessário aprofundar os estudos sobre a atuação empresarial, como também o desenvolvimento e fortalecimento de propostas que visam uma educação de emancipação plena dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

DUARTE, N. **Vigotski e o “Aprender a Aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 5 ed. Autores Associados, 2011.

FERREIRA, E. B. F. Políticas para a educação básica no Brasil e as trilhas incertas da justiça social. In: Maria Abádia da Silva (org.). **Educação Básica: políticas, avanços e pendências**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. Vários autores.

FUENTES, R. C.; FERREIRA, L. S. Trabalho Pedagógico: dimensões e possibilidades de práxis pedagógica. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 722–737, jul., jul./set, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2017v35n3p722>. Acesso em 04 de fev. 2023.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 1 fev. 2023.

VILLAS BOAS, M. B. F. **Avaliação**: interações com o trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2017.